

## **O campo político e o campo jornalístico: influências políticas na produção da notícia na Editoria de Política do Diário Catarinense<sup>1</sup>**

*Aline Louize Deliberali Rosso<sup>2</sup>*  
*Yan de Souza Carreirão<sup>3</sup>*

---

**Resumo:** O trabalho tem o objetivo de investigar a influência da política na produção jornalística em períodos distintos do jornal Diário Catarinense – não-eleitoral (outubro de 2009) e pré-eleitoral (agosto de 2010). Para tanto, utiliza-se como aporte teórico os conceitos de *habitus* e campos (Pierre Bourdieu). A relação entre política e produção jornalística é uma interação de campos sujeita às interferências internas de cada um deles. Para a verificação dessas influências internas e externas na produção diária da Editoria de Política (EP), analisado três aportes metodológicos: observação direta na redação da respectiva editoria, uma entrevista sobre o processo de produção da notícia com os editores de política e análise das matérias publicadas (de forma qualitativa). O resultado a investigação confirma a hipótese de que existem influências do campo político sobre o jornalístico, no entanto as influências internas do campo jornalístico se sobressaem.

**Palavras-Chave:** Campo jornalístico; Campo político; Newsmaking; Mídia e política.

---

### **1. Apresentação e os conceitos de Campo e *Habitus***

O presente trabalho centra-se na influência do campo político sobre a produção jornalística. A pesquisa foi desenvolvida na Editoria de Política (EP) do Diário Catarinense,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Jornalismo político do IV Encontro da Compolítica, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011.

<sup>2</sup> Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (UEPG) e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bolsista pela CAPES. E-mail: aline2625@uol.com.br.

<sup>3</sup> Doutor em Ciência Política (USP) e professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC.

impresso de circulação estadual em Santa Catarina e pertencente ao grupo RBS (Rede Brasil Sul) afiliado à Rede Globo. O recorte temporal é o mês de outubro de 2009 (não-eleitoral) e o mês de agosto de 2010 (pré-eleitoral).

Para a compreensão do fenômeno da influência da política na produção jornalística são utilizados os conceitos de *habitus* e campo de Pierre Bourdieu. A compreensão do sociólogo situa-se numa “junção” entre o subjetivismo e o estruturalismo, a qual “integra dialeticamente a ação e estrutura, o *habitus* e o campo, em mesmo sistema de reprodução, superando, assim, a oposição entre o subjetivismo e o objetivismo, mas dando-lhe um deslocamento claramente objetivista” (Vandenbergue 2006, p. 323-324).

Para Bourdieu o *habitus* de um determinado campo consiste em um conhecimento adquirido, que pode ser apreendido de maneira explícita ou implícita, sendo que é particular ao indivíduo e ao mesmo tempo coletivo, e sempre está ligado à determinada “classe” específica (ORTIZ, 1983).

Para definir as relações entre o *habitus* de classe e o *habitus* individual (indissociável da individualidade orgânica imediatamente dada à percepção imediata – *intuitus personae* – e socialmente designada e reconhecida – nome próprio, pessoa jurídica etc.), poder-se-ia considerar o *habitus* de classe (ou de grupo), isto é, o *habitus* individual na medida em que exprime ou reflete a classe (ou o grupo) como um sistema subjetivo, mas não individual de estruturas interiorizadas, esquemas comuns de percepção, de concepção e de ação, que constituem a condição de toda a objetivação e de toda a percepção, e fundar a concertação objetiva das práticas e a unicidade da visão do mundo na impersonalidade e na substituíbilidade perfeitas das práticas e das visões singulares (BOURDIEU, 2009b, p. 99).

Portanto, existe o *habitus* individual, que é a disposição característica de um determinado indivíduo, cuja diferenciação está na trajetória social de cada pessoa em particular, e também se faz presente o *habitus* de classe, ou grupo, que compreende as características de uma coletividade, compartilhadas por vários indivíduos. O *habitus* sempre está condicionado a um campo, que o molda sobre suas características, que irão delimitar toda uma cultura e ações sociais de determinados indivíduos. Em outras palavras, os agentes dispõem de um mesmo capital e por isso compreendem as regras básicas, a linguagem específica de um campo. O *habitus* é fruto de uma obediência inconsciente a regras, sejam elas de um determinado campo ou comuns a mais de um (BARROS FILHO e MARTINO, 2003).

O *habitus* coletivo ou de classe reforça algumas características específicas de determinado campo social. No campo jornalístico os agentes (jornalistas) possuem uma visão de mundo em comum. O *habitus* jornalístico se constitui principalmente através da autocrítica dos agentes internos ao próprio campo. Ou seja, ele se molda através da prática da crítica e a busca de um chamado “bom jornalismo”; e, além disso, essa crítica ao jornalismo é uma garantia de independência do campo (BARROS FILHO e MARTINO, 2003).

O conceito de *habitus* está intrinsecamente ligado ao conceito de campo. Para Bourdieu, a ênfase está na estrutura e o *habitus* seria definido pelas normas do campo específico em que está inserido, sendo, portanto, a “interiorização da objetividade social que produz uma exteriorização da interioridade. Não só está inscrito no indivíduo, como o indivíduo se situa em um determinado universo social: um campo que circunscreve um *habitus* específico” (HERMANO, 2006, p.35). A partir do exposto, pode-se definir o campo como

um sistema de relações sociais que estabelece como legítimos certos objetivos, que assim se impõem “naturalmente” aos agentes que dele participam. Esses agentes, por sua vez, interiorizam o próprio campo, incorporando suas regras, também de maneira “natural”, em suas práticas (o que Bourdieu chama de *habitus*) (MIGUEL, 2002a, p. 157).

Um campo é um espaço de forças e de luta entre os seus agentes que estão em busca de um capital específico e de um *status* de poder dentro desse campo. Há também as forças externas aos campos, como, por exemplo, a relação entre economia e jornalismo. O campo também é definido pelo capital específico a que está ligado, sendo que sua manutenção é dada pela disputa do capital específico entre os agentes inseridos nesse campo.

A estrutura do campo é composta por dois polos opostos: o dos dominantes e o dos dominados. Os agentes que ocupam o primeiro polo são justamente aqueles que possuem um máximo de capital social, enquanto os que se situam no polo dominado definem-se pela ausência ou pela escassez do capital valorizado no espaço específico do seu campo de pertencimento e, por sua vez, na sociedade como um todo (MARTELETO e SILVA, 2004, p.44-45).

Em cada campo há uma formatação específica, no entanto em todos eles há um *status*, e até uma ligação com o poder. Essa ligação acontece e é atuante na configuração dos

campos, pois há uma relação direta com o acúmulo de capital específico de determinado campo, isso atribui um maior *status* aos agentes pertencentes ao campo. O capital acumulado gera naturalmente uma diferença de poder entre os indivíduos de um campo, que por sua vez dá uma estabilidade para a configuração do campo. Pode-se transpor esse exemplo ao campo jornalístico, pois a chamada “hierarquia” dos profissionais se perpetua por todos os veículos de comunicação e torna-se uma forma própria do campo (THOMPSON, 1998).

Essa hierarquia é uma característica típica da empresa noticiosa, que possui o objetivo de regular a postura das relações nas instituições e de “organizar segundo as regras e padrões particulares o espaço interno da instituição” (MARTINO, 2005, p. 73). Ela determina o conhecimento que cada agente terá dentro da instituição – ou seja, o repórter saberá apurar as matérias, contatará as fontes, o pauteiro ficará encarregado de marcar as entrevistas e os contatos. Enquanto o editor fica responsável por editar as matérias e acompanhar o trabalho dos repórteres. Esse processo “natural” resulta “na formação de hierarquias e na implementação de relação de poder, em um circuito fechado de acumulação de capital social dentro da instituição” (MARTINO, 2005, p. 73). Assim, existem princípios básicos em todos os campos sociais. Um deles é a luta interna entre os agentes do campo na busca do conhecimento específico do campo (capital), e há também um sentimento de cooperação entre os mesmos (BARROS FILHO e MARTINO, 2003).

Todos os campos possuem sua própria autonomia, mesmo que sejam diretamente influenciados por outros campos, como, por exemplo, a relação de influência que o campo político exerce sobre o campo jornalístico. Um exemplo de autonomia do campo político é o fechamento do discurso político, que é uma diferenciação entre o discurso político e o discurso midiático, sendo linguagem mais específica, na tentativa de autoafirmar o campo da política e restringir as influências da comunicação (MIGUEL, 2002a). Desse modo, tanto o jornalismo quanto a política são campos que possuem suas regras próprias e há uma inter-relação entre eles. “Mídia e política formam dois campos diferentes, guardam certo grau de autonomia e a influência de um sobre o outro não é absoluta nem livre de resistências; na verdade, trata-se de um processo de mão dupla” (MIGUEL, 2002a, p. 167).

O jornalismo como campo, por exemplo, poderia ser bem compreendido como um sistema social voltado para a produção de informação sobre a atualidade. Toda a sua

distribuição de prestígio e reconhecimento está associada à capacidade, demonstrada por cada um dos seus agentes, de obter informação de qualidade, relevante, com rapidez e – grau supremo de distinção – exclusiva, de redigi-la de maneira apropriada, de publicá-la e produzir com ela um efeito na realidade. Tudo gira ao redor disso. Quem mais demonstrar habilidade nos procedimentos necessários para a produção diária de informação dessa natureza, mais alto será colocado no sistema. (GOMES, 2004, p.53).

Uma forma explícita da relação entre o campo jornalístico e o campo político se dá entre os jornalistas e os políticos. Tanto os políticos como os jornalistas buscam ganhos quando se relacionam, seja o jornalista buscando a informação do político, seja o político buscando uma visibilidade no meio de comunicação. A microrrelação entre jornalista e fonte pode mostrar de uma forma mais concreta como se dá a interferência do campo político no campo jornalístico e vice-versa (MIGUEL, 2002a).

A ideia de que a relação entre o campo jornalístico e o campo político é de interferência mútua entre esses dois campos sociais tenta exemplificar a relação complexa que ocorre na produção de uma notícia sobre o tema política e a disputa de poder que ocorre como pano de fundo (a tentativa de uma inserção diária, para garantir a visibilidade de um político).

## **2. Metodologia e configuração da Editoria de Política (EP) do Diário Catarinense**

De dois períodos distintos procedem-se um registro da rotina de produção da editoria no impresso, uma análise (qualitativa) do conteúdo das matérias da Editoria de Política do Diário Catarinense e ao final do segundo período uma entrevista semi-estruturada focal com os editores da secção de política.

O primeiro período de análise, tanto para a observação direta como para a análise de conteúdo, foi o mês de outubro de 2009, classificado como período não-eleitoral. E o posterior como período pré-eleitoral, e, se situa durante todo o mês de agosto de 2010. O recorte temporal de análise foi escolhido pelo fato de englobar dois períodos distintos com relação à cena política em Santa Catarina. Para o acompanhamento do processo de produção das matérias utilizou-se a ferramenta da observação direta na redação, mais especificamente

na Editoria de Política (EP), do Diário Catarinense. Foram acompanhadas somente as matérias produzidas pelos repórteres no período de segunda a sexta-feira.

As etapas consideradas “importantes” na produção da notícia foram acompanhadas: a reunião de pauta, a apuração da matéria e a edição da mesma. A EP do Diário Catarinense é composta em uma forma hierárquica por: um editor, um subeditor, um colunista e três repórteres. Essa hierarquia é presente em todo momento da produção noticiosa. Os repórteres sempre perguntam aos editores da EP (ou são monitorados por eles) para saber se estão seguindo o enfoque proposto. Eles questionam antes de começar a elaboração das matérias, apresentam os dados que conseguiram com as fontes, avisam como estão elaborando o texto, pedem alguma “autorização” sobre a forma de abordagem do fato.

No período pré-eleitoral essa configuração recebeu dois novos reforços: um subeditor, que também tem uma coluna pequena sobre as eleições, e de uma repórter, que continuou fazendo matérias de economia, mas ajudava quando havia diversos fatos a serem cobertos. A produção da notícia segue uma rotina básica. Após a definição das pautas do dia, através da reunião de pauta<sup>4</sup>, que nesse impresso acontece sempre no início da tarde, os repórteres se deslocam, quando há um evento ou coletivas, ou, se não há algo agendado eles buscam maiores informações sobre a pauta e entram em contato com as fontes pelo telefone ou e-mail. Após esse processo de apuração das informações começa o processo de redação das matérias, que geralmente se dá no final da tarde até o início da noite e é o período de maior tensão na redação. Posteriormente começa o processo da edição dos textos, que vai até o fechamento do jornal - o horário de fechamento do jornal depende do dia e ocasião.

### **3. As influências internas e externas do campo jornalístico na produção da notícia**

As orientações dadas aos repórteres diferenciam-se um pouco conforme o período de análise. No período não-eleitoral as orientações centravam-se, principalmente na busca de

---

<sup>4</sup> A reunião de pauta é uma forma do editor-chefe autorizar ou não as pautas propostas, sugerir outras, ou até outros enfoques sobre uma mesma pauta. A partir dela o editor-chefe elenca quais são as principais pautas do dia e quais devem ter um maior ou menor destaque. Tudo isso segue um saber prático, que se aproxima da noção teórica de *habitus*.

pautas mais críticas. Esse tipo de enfoque era enfatizado pelos editores para que os jornalistas cumprissem seu papel de críticos e também mantendo um compromisso com o público de “monitores das ações políticas”. Orientações sobre a objetividade eram dadas em um grau de medida menor do que no período pré-eleitoral. No último, ela é muito mais enfatizada pelos editores. Os principais aparatos utilizados são a atribuição de espaços iguais aos candidatos e o mesmo enfoque nas matérias e séries especiais – como as mesmas perguntas para os candidatos e a expressão que determinado político apresenta em uma foto.

Segundo os editores, nos anos eleitorais a editoria ganha um maior espaço no jornal e conseqüentemente os jornalistas da EP têm um fluxo maior de matérias. Por esse motivo é feita uma “programação” de matérias a serem realizadas sobre o período eleitoral. Seguindo-a, durante o período pré-eleitoral (agosto de 2010), a EP fez entrevistas, séries e reportagens especiais sobre os candidatos, tanto ao governo do estado quanto aos presidenciáveis.

A série de três dias intitulada “Um perfil diferente”<sup>5</sup> teve um enorme destaque no jornal: havia uma chamada na capa do impresso e ocupava integralmente as duas páginas destinadas a “reportagem especial”<sup>6</sup>. A série apresenta um perfil dos candidatos realmente diferente dos tradicionais – que geralmente enfocam somente questões sobre a vida política. A série surgiu de uma idéia do próprio jornal e a equipe procurou a assessoria de imprensa de cada candidato para conseguir as informações e as fotos dos candidatos. Na série, o diário tentou focar um perfil mais pessoal dos candidatos, contrastado com uma pequena parte de perguntas exclusivas sobre política.

A seqüência da série foi estipulada por ordem alfabética e segundo os editores de política do Diário Catarinense esse foi um critério adotado também em outras séries. Na análise feita sobre a entrevista de cada candidato percebeu-se a preocupação formal com a “imparcialidade”. Em todos os dias da série o espaço foi o mesmo aos candidatos (duas páginas), todas as perguntas foram as mesmas enviadas aos três candidatos, a disposição dos

---

<sup>5</sup> A série foi publicada nos dias 17/08/2010 (Angela Amin), 18/08/2010 (Ideli Salvatti) e 19/08/2010 (Raimundo Colombo).

<sup>6</sup> Esse espaço destinado a reportagens especiais é sempre disputado por todas as editorias do impresso. Dependendo da importância, atualidade e profundidade na apuração as matérias são inseridas nele. Em toda reunião de pauta a Editoria de Política (tanto no período eleitoral quanto no não-eleitoral) já tinha discriminada a matéria que poderia concorrer a esse espaço com as outras editorias. Ou seja, há uma luta interna entre as editorias do jornal na busca de um maior destaque para suas matérias.

assuntos, o mesmo número de charges e fotos, a mesma diagramação. Esse cuidado também foi mantido quanto aos dias de publicação das matérias. Isso se deve ao fato do jornal possuir tiragens diferenciadas para os dias da semana – os dias escolhidos para a vinculação da série foram terça, quarta e quinta, três dias que possuem uma mesma tiragem.

Os dados trazidos pelo jornal – a colocação do candidato na pesquisa do IBOPE de 07/08, uma breve biografia, a taxa de rejeição de cada candidato e o número de seguidores no twitter – são colocados em todas as edições da série. Com respeito à taxa de rejeição a candidata Angela Amin é a que possuía a maior taxa, sendo um dado que traz negatividade ao perfil da candidata, como também o seu número de seguidores no twitter (2.544) que é o menor entre os três candidatos. O número de seguidores no twitter era sempre atualizado até às 21h do dia anterior em que o perfil foi publicado. Como ele é inconstante, pode-se dizer que o Candidato Colombo usufruiu de um benefício devido ao tempo a mais que teve para atrair um número maior de seguidores, isso pelo fato de ser o último candidato a ter o perfil publicado – em seu perfil o número de seguidores no *twitter* publicado é de 7.673, bem superior aos das outras duas candidatas. A taxa de rejeição de Colombo também o favorece, pelo motivo de ser a menor entre os três. Apesar do número de seguidores do *twitter* e a taxa de rejeição serem dados que favorecem de alguma forma Colombo, quem estava à frente nas pesquisas naquele momento era Angela Amin.

Em relação aos dados sobre a taxa de rejeição, Colombo é mais uma vez favorecido pelo dado (sua taxa é de 9%), enquanto Angela é mais prejudicada (16% de rejeição) e Ideli é depreciada também (tendo sua taxa de 14%). Apesar dos dados terem sido colocados para todos os candidatos – e não serem colocados de uma forma intencional para desfavorecer Ideli de certa forma, eles atribuem uma negatividade à candidata, comparada aos dados dos outros dois candidatos<sup>7</sup>. Ainda a pergunta que diz respeito a um dos dados – “Lembra da sua taxa de rejeição nas pesquisas? Porque acha que ela existe?” (DIÁRIO CATARINENSE, 18

---

<sup>7</sup> A escolha da apresentação desses três dados foi tomada pela editoria por achar que tais dados são importantes e trariam uma informação a mais para o (e)leitor. O número de seguidores no *twitter* se fez importante pelo fato de na eleição de 2010 o uso dele pelos candidatos foi amplamente discutido e estava em “alta”. Contudo, a editoria poderia ter optado por apresentar outros dados, como, por exemplo, o apoio partidário de cada um dos candidatos. Se esse dado fosse escolhido, ele daria uma positividade para a candidata Ideli, a qual possuía o apoio nacional do ex presidente Lula e da atual (e candidata em 2010) Dilma.

de agosto de 2010, p.5). – chama mais a atenção para a taxa de rejeição, sendo um fator negativo tanto para a candidata petista quanto para Angela.

A opção por abordar somente os três principais candidatos é uma escolha que a maioria dos veículos faz para oferecer, segundo sua justificativa, uma informação com mais qualidade aos (e)leitores. Segundo o editor Fabio Gadotti<sup>8</sup> as razões que levaram a decidir dar mais ênfase na cobertura eleitoral dos três principais candidatos são:

Primeiro que eles já são pessoas mais conhecidas, são de partidos mais estruturados, têm representação no congresso, e sob o ponto de vista legal estamos amparados para fazer isto. E é uma decisão mais para organizar a cobertura, para podermos falar mais sobre as propostas, ter mais espaço para dar mais detalhes das propostas de cada candidato. Na série Vida Real, que nós produzimos, todos os candidatos possuem o mesmo espaço.

O jornal reproduziu, nesta série, uma lógica que é dada pela legislação sobre a Propaganda Eleitoral Gratuita<sup>9</sup>, que divide o tempo considerando a representação de cada partido (número de deputados) na Câmara Federal. A lógica da lei é atribuir maior visibilidade na Propaganda Eleitoral Gratuita a partidos (ou coligações) que já estão “visíveis” aos eleitores. Quando os jornais se apóiam nela para justificar uma cobertura enfocada nos principais candidatos estão se precavendo de processos (contra o impresso) que possam ocorrer. Contudo, a decisão do periódico é razoável, já que o (e)leitor apresenta um maior interesse em informações sobre os principais candidatos, e logo a imprensa compromete-se a passar as informações que interessam o público. O Diário Catarinense é um jornal, mas é também uma empresa que precisa ter lucros, vender anúncios, vender jornais. E por esse motivo o interesse do leitor é priorizado, já que o impresso venderá mais exemplares se suas matérias chamarem a atenção dos seus (e)leitores. Porém, segundo os editores do jornal é um compromisso o jornal abordar os assuntos que despertam a atenção do público.

Em sua maioria, as perguntas são de cunho pessoal. Mesmo algumas perguntas que dizem respeito à política enfocam questões pessoais do político. Outras trazem assuntos que são mais ligados ao cargo de governador do estado – que eles estão disputando. Um exemplo desse tipo de pergunta é “Você já visitou uma emergência de hospital público?”. Em relação a ela, poder-se imaginar que ela seria mais favorável a Raimundo Colombo do que às outras

---

<sup>8</sup> Em entrevista concedida à autora no dia 01 de setembro de 2010.

<sup>9</sup> Como está explicitado no Artigo 35, da Resolução 23.191 do TSE.

duas candidatas. Isso se deve ao fato do candidato ter como principal plataforma de governo o enfoque em seu mandato como prefeito de Lages, quando construiu uma nova ala no hospital de cidade. Esse fato gerou polêmica na campanha, pois enquanto Colombo afirmava que ele construiu um novo prédio ao lado do antigo hospital seus oponentes questionavam e diziam que ele apenas construiu uma ala nova. Assim, de um lado, a pergunta trata de um tema dos mais relevantes para o eleitorado (saúde) e segue a lógica de perguntas mais pessoais. De outro, pode-se avaliar que essa pergunta, mesmo involuntariamente, pode ter dado um espaço ao candidato para reafirmar que a construção de um hospital foi realmente feita em seu mandato como prefeito<sup>10</sup>. Enquanto não foram feitas questões que aparentemente estivessem relacionadas a temas específicos das campanhas das duas candidatas.

Em uma parte da entrevista (“Segredos revelados”) a colocação de uma frase a ser completada “Minha pior saída justa foi quando...” (DIÁRIO CATARINENSE, 18 de agosto de 2010, p.5) pode ser interpretada como uma forma dos candidatos falarem a respeito de uma falha na sua carreira política, e de certa forma pode ser vista como uma pergunta negativa. Apesar da pergunta em si trazer um fato negativo, todas as respostas dos três candidatos, de alguma forma, não corresponderam com a intenção da pergunta, porque ou trouxeram um fato positivo ou não havia uma ligação com a vida política dos candidatos.

A relação jornalista-fonte é imprescindível na produção noticiosa. Conhecer fontes é algo essencial no trabalho jornalístico, sem elas não há como se elaborar uma matéria. Além disso, uma maior rede de fontes traz um maior *status* ao jornalista que as possui dentro do campo jornalístico – “conocer fuentes trae *status* profesional” (TUCHMAN, 1983, p.81).

O “caso IPUF” (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) traz um exemplo de relação entre fonte e jornalista. O “caso IPUF” é um escândalo que envolve a parceria entre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SMDU) e a ONG DiverSCidades (27/01/2010) para a “restauração” do antigo prédio da Câmara de Vereadores. O escândalo se deve ao fato de Cristina Piazza ser presidente da ONG e ao mesmo tempo ser diretora do IPUF – cargo que foi assumido por nomeação. Cristina ainda é

---

<sup>10</sup> Efetivamente, na resposta de Colombo à pergunta ele afirma: “Em Lages, quando era prefeito, em conjunto com a comunidade construímos um hospital para atender melhor a região”.

sobrinha do ex-governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). O documento da parceria entre a ONG e a Secretaria foi assinado pelo prefeito de Florianópolis, Dário Berger, pelo secretário do Meio Ambiente José Carlos Rauen e Cristina Piazza. Segundo o secretário e o prefeito os dois não tinham conhecimento que ela era presidente da ONG.

Após o caso ter repercussão na mídia, Cristina Piazza procurou o Diário Catarinense para “desmascarar” Berger e Rauen<sup>11</sup>. Ela procurou Rafael Martini, jornalista integrante da Editoria de Opinião do jornal. O jornalista se encontrou com ela e repassou todas as informações a outra repórter da EP – com quem elaborou em conjunto a matéria. O jornalista que entrevistou Cristina elaborou um texto seguindo uma linha mais literária descrevendo como foi a entrevista com a fonte. A repórter de política ficou encarregada de procurar todas as pessoas que tiveram seus nomes citados na “agenda” de Cristina, e fazer um resumo sobre a participação de cada um nas reuniões.

Cristina Piazza procurou o jornal por ter um interesse e por buscar um espaço para falar. O interesse partiu da fonte (na busca de melhorar a sua imagem), porém o jornal também apresenta um interesse: a exclusividade das informações passadas por ela. Com a veiculação das informações e do depoimento de Cristina o Diário Catarinense “lucrou” com um furo de reportagem - conseguindo assim, uma exclusividade para seus leitores.

Portanto pode-se evidenciar que há uma permuta de interesses na relação entre jornalista - fonte. O jornalista busca a fonte que mais lhe convém, e oferece um espaço de visibilidade a ela. Em outras vezes é a fonte que procura o jornalista na busca de atingir seus objetivos – seja alcançar visibilidade, esclarecer algum assunto que foi tratado de outra forma pela imprensa, etc. A fonte em geral respeita e responde as questões do jornalista, oferece informações com exclusividade, tudo para manter o intercâmbio de interesses. O jornalista garante o espaço e a visibilidade.

Outra influência que as eleições exerceram sobre a produção do periódico foi o aumento da preocupação com a objetividade/imparcialidade. O editor da EP, Fábio Gadotti, coloca que o jornalista – inserido em uma empresa noticiosa – deixa de lado seus gostos

---

<sup>11</sup> Berger e Rauen afirmaram que não tinham conhecimento do teor do contrato da DiverSCidades e de que Cristina era presidente da ONG e diretora do IPUF ao mesmo tempo. Cristina Piazza os desmentiu, dizendo que sabiam de tudo.

“pessoais” (talvez políticos) e se coloca em uma posição distanciada do fato, podendo chegar ao mais próximo da veracidade (repercutindo, portanto, o que realmente os candidatos afirmaram). Ou seja, a prática está enraizada nas ações dos agentes do campo jornalístico que simplesmente a executam. Há uma moldura (um *habitus* profissional) que o jornalista membro de empresas noticiosas veste e a vê como sendo uma forma natural da atuação profissional. Talvez essa seja uma das maiores influências durante a produção das notícias: pelo fato do “profissionalismo” estar enraizado na execução de ações cotidianas às práticas jornalísticas – entrevistas, redação de texto, edição – não seja necessária uma reflexão permanente por parte do agente das suas ações.

No entanto esse *habitus* profissional não seria composto somente de uma passividade (ou não reflexão), nele haveria também uma atividade em momentos específicos (BARROS FILHO e MARTINO, 2003). Talvez essa “reflexão” seja feita em momentos de críticas internas e externas (de leitores) ou em momentos em que o trabalho tenha um maior tempo para ser executado e, de certa forma é apresentado de uma forma mais crítica. E a automatização é dada em momentos que o jornalista se porta apenas como um relator de um acontecimento, sem reflexão e criticidade perante um fato.

Matérias que apresentam uma maior criticidade perante acontecimentos, ou que focam em outro ponto além daquele explicitado pelas fontes, assessorias de imprensa e instituições, estão ligadas a uma prática reflexiva, ou seja, a ação é “ativa” por parte do jornalista. A matéria “Prestação de contas descentralizada” (publicada em 11/11/09) é considerada uma “matéria fria” por ter a possibilidade de ser produzida em um tempo maior. O tema da reportagem é a prestação de contas das secretarias regionais - as quais são uma forma de descentralização administrativa do governo de Santa Catarina<sup>12</sup>. Apesar da maioria da matéria ser uma descrição sobre os seminários de prestações de contas das secretarias regionais, em uma pequena entrevista com o coordenador dos eventos, a repórter faz uma pergunta - “a prestação de contas tem relação com o fato de que o governador Luiz Henrique

---

<sup>12</sup> Para o governo de Santa Catarina a criação das 29 Secretarias Regionais foi uma forma de descentralizar as decisões tomadas pelo governador e secretários. Segundo o governo, a principal contribuição dessa nova forma de administração é que as decisões ficam nas mãos dos cidadãos, os quais podem ditar como serão gastos os recursos do na Secretaria Regional correspondente. Dados retirados no dia 25/02/2011, do site: <http://www.sc.gov.br/sdr/blumenau/governodescentralizado.htm>.

pretende se desligar do governo?” - que traduz a intenção real da matéria (DIÁRIO CATARINENSE, p.15, 11 de outubro de 2009). A intenção do DC nessa matéria era o uso que Luiz Henrique da Silveira (na época ainda governador) fazia dos seminários sobre a prestação de contas das Secretarias Regionais, como uma propaganda sobre os acertos que a mudança administrativa teria trazido ao Estado.

O enfoque (as prestações de contas como o ponto alto da descentralização administrativa do governo de Luiz Henrique) foi discutido entre a repórter e o editor. Sendo, desta maneira, uma crítica aos gastos do governo de SC com os eventos, e a utilização desses recursos como propaganda das realizações das Secretarias Regionais, e conseqüentemente do mandato de Luiz Henrique como governador.

Além desse enfoque crítico sobre a prestação de contas das regionais, em uma pequena parte do texto (“Ordem para acelerar obras”), a matéria sugere que o aceleração das obras é feito para que elas sejam inauguradas ainda no governo de Luiz Henrique. Muitas das “promessas do aceleração de obras” que as fontes colocam na matéria não foram cumpridas. A repórter deixa explícito na forma de números os gastos gerados para os seminários e o que cada uma regional gastou com os seus investimentos.

Quanto aos dados, a muitos a repórter teve acesso pelo material de divulgação das regionais (revistas), através das assessorias de cada uma e da coordenadoria do evento. Talvez a facilidade com que a repórter obteve as informações por parte das assessorias se deu pelo fato delas (as assessorias) buscarem uma visibilidade (e de forma positiva) para os eventos sobre as prestações de contas. Em parte a divulgação do evento no Diário Catarinense teve seu objetivo alcançado, no entanto as críticas negativas presentes na matéria contrapõem com a visibilidade dada aos seminários através do espaço da matéria (uma folha e meia). Uma maior ou menor criticidade das notícias está ligada a diversos fatores, dentre eles o tempo para a apuração das mesmas e o *habitus* individual do jornalista – ou seja, sua visão de mundo, principalmente em relação ao exercício da crítica.

#### **4. Considerações Finais**

O processo de produção noticiosa é complexo, envolvendo múltiplos fatores e agentes sociais; a análise procurou destacar alguns aspectos específicos e situações-chave que estão de alguma forma relacionados ao objetivo central do trabalho – verificar as influências do campo político na produção da notícia e as influências internas do próprio campo jornalístico.

A principal especificidade do trabalho é a análise da relação entre jornalismo e política no processo de produção da notícia, e não somente no produto final. O contraste entre processo de produção e o conteúdo final da notícia permitiu, de certa forma, verificar em que medida as intenções de certos atores – políticos, assessorias políticas –, ao buscar influenciar o trabalho do jornal, acabaram se concretizando (ou não) em matérias que efetivamente atendiam a seus objetivos. Da mesma forma, o acompanhamento da rotina do jornal permitiu avaliar a influência de certos aspectos dessa rotina sobre o conteúdo final das matérias.

Um aspecto relevante na comparação entre os dois períodos é a reformulação do trabalho jornalístico durante a campanha eleitoral. No período não-eleitoral era a Editoria de Política disputava diretamente um espaço a mais (no caso, as duas a três páginas referentes a “reportagem especial”) com as demais editorias do jornal. Próximo ao início da campanha eleitoral o impresso atribuiu uma maior importância à ela, a qual reflete-se no aumento de páginas que é destinado à editoria. Com um maior espaço para publicação é recorrente o aumento de trabalho para os repórteres e editores da EP. Esse aumento requer mais integrantes na equipe, por isso uma repórter e um editor de outra editoria ficam responsáveis por algumas reportagens e uma coluna. Essas mudanças são uma demonstração clara da influência do campo político sobre o campo jornalístico, na medida em que mudanças no contexto político levam a alterações significativas na própria estrutura do trabalho jornalístico, no âmbito do jornal estudado.

No que respeita às tentativas de atores do campo político (políticos, assessores) de influenciar o trabalho jornalístico, a situação não é linear. A relação jornalista-fonte é caracterizada por uma busca de realização de interesses mútuos – o jornalista busca a informação e a fonte busca ganhar visibilidade, ou que sua informação seja repassada à sociedade. O “Caso IPUF” é um exemplo claro dessa simbiose entre atores do campo político

e o jornal. Outro aspecto importante está relacionado ao tema da neutralidade do jornal. Ela é, segundo o discurso do jornal e dos jornalistas, uma das características que sempre está presente nos textos do impresso analisado, e no período pré-eleitoral o Diário Catarinense orgulha-se por fazer um jornalismo imparcial em relação à disputa eleitoral.

Durante o processo de produção da notícia a objetividade na cobertura eleitoral foi muito ressaltada, a equipe da Editoria de Política a buscava, através da atribuição igual de espaço, quantidade e tipo de fotos (se elas traziam uma imagem positiva ou negativa dos candidatos), mesmas perguntas (no caso das séries de entrevistas). Pode-se perceber que o apelo explicitado pelo jornal, da busca pela imparcialidade é ainda mais acentuado no período pré-eleitoral. Essa busca era evidenciada a todo momento pelos editores da EP do impresso pesquisado através de um “auto-monitoramento” para não atribuir uma maior ou menor visibilidade, ou deixar de lado um candidato em uma matéria que deveria trazer a fala de todos ou, principalmente, dos três principais candidatos ao governo de Santa Catarina. E, de certa forma, não só na cobertura eleitoral a objetividade e neutralidade são usadas como recursos no “fechamento do campo jornalístico” diante das tentativas de influência do campo político.

A cobertura do Diário Catarinense no período pré-eleitoral (agosto de 2010) trouxe algumas matérias com uma proposta “mais leve”, porém o espaço cedido a esse tipo de matéria poderia ter sido utilizado para trazer assuntos mais relevantes para os (e)leitores. Os meios de comunicação possuem a função de pautar assuntos para que sejam inseridos na agenda pública, fomentando assim um debate da sociedade em geral sobre assuntos de certa importância para a mesma. Por este motivo os assuntos que são pautados pelos jornais adquirem certa visibilidade e importância na agenda pública. Desta maneira, quando o impresso deixa de pautar assuntos mais polêmicos a respeito das propostas dos candidatos e dos problemas da administração do governo de Santa Catarina, ele não atribui visibilidade a eles, o que leva a um menor destaque de determinado assunto na esfera pública. Nesse caso não é enfocada para a sociedade (principalmente os eleitores) a atenção para uma discussão sobre as falhas na administração do governo do estado e as propostas dos candidatos em relação a isso – debate imprescindível para uma decisão dos eleitores.

Nesse sentido, o jornal poderia ter feito críticas às falhas da gestão do estado em inúmeros aspectos, como, por exemplo, a questão dos desastres naturais, turismo, educação e outras – que não foram abordados pelo periódico nesse período de análise. O jornal poderia trazer assuntos de interesse do para fomentar o debate entre os candidatos para que os eleitores conheçam suas propostas em relação a esses assuntos. Uma hipótese para essa falta de criticidade na cobertura eleitoral do Diário Catarinense é que a produção noticiosa concentrava-se em apresentar uma cobertura objetiva e neutra, e essa preocupação concretiza-se através da atribuição de mesma área, mesmo número de fotos, igualdade nas perguntas e entre outras atribuições. A preocupação do impresso com a neutralidade e a objetividade desvia a atenção para a produção de matérias críticas a respeito dos problemas de cunho político e administrativo no estado – perdendo assim uma das principais características do jornalismo: a criticidade.

Ao mesmo tempo, as regras e valores internos (como é o caso da objetividade) atuam como mecanismos no reforço das divisas entre o campo jornalístico e o campo político – criando assim um auto-reforço do campo jornalístico, através do “fechamento do campo jornalístico”. Os resultados da pesquisa apontam no sentido de que existem, sim, influências externas ao campo jornalístico, e dentre elas se faz presente o campo político (os interesses de agentes desse campo), mas as regras internas do campo jornalístico parecem ter tido mais relevância na produção das notícias no Diário Catarinense, no período pesquisado.

A complexidade das relações existentes entre o campo jornalístico e o campo político não podem ser totalmente descritas ou compreendidas somente a partir de um estudo. Apesar de todas as limitações do presente trabalho, espera-se que ele possa fomentar no debate acadêmico e trazer à tona questionamentos sobre a interrelação dos campos político e jornalístico.

### **Referências**

- BARROS FILHO, C. de e MARTINO, L. M. S. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.
- BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009b.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

HERMANO, R. T. C. **Pierre Bourdieu: a teoria na prática**. RAP. Rio de Janeiro, p. 27-55, jan/fev de 2006.

MARTELETO, R. M. e SILVA, A. B. de O. e. **Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local**. Ci inf, vol. 33 n° 3. Brasília: setembro/dezembro 2004, p.41-49.

MARTINO, L. M. S. **Mídia e poder simbólico**. São Paulo: Paulus, 2005.

MIGUEL, L. F. **Os meios de comunicação e a prática política**. Lua Nova. Revista de Cultura Política, São Paulo, v. 56 p. 155-184, 2002a.

ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, n.39. São Paulo: Ática, 1983.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes 1998.

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1983.

VANDENBERGUE, F. **Construção e crítica na nova sociologia francesa**. Sociedade e Estado, Brasília, v.21, n. 2, p. 315-366, maio/agosto de 2006.

#### **Matérias do Diário Catarinense:**

DIÁRIO CATARINENSE. Balanço – Prestação de contas descentralizada **Diário Catarinense**. Florianópolis, p.14-15, 11 de out de 2009.

DIÁRIO CATARINENSE. Um perfil diferente – Ela cultiva simplicidade. **Diário Catarinense**. Florianópolis, p.4-5, 18 de ago de 2010.